



Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Número: 000224/2025

APROVADO
Em: 18/08/2025

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Sr. Presidente.

Srs. Vereadores.

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que sejam solicitadas à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora as seguintes informações relativas à decisão de armar a Guarda Municipal com armas de fogo. Este pedido de informação busca esclarecer aspectos fundamentais relacionados à proteção dos direitos e da saúde dos servidores da Guarda Municipal, ao impacto para a população e à transparência do processo que levou à referida decisão. Consideramos fundamental que esse tema seja amplamente debatido com a sociedade e que haja acesso público às informações que embasaram essa mudança de natureza sensível.

Dessa forma, solicitamos:

***A Prefeitura garantirá o pagamento de seguro de vida para os servidores da Guarda Municipal que passarem a atuar armados?**

***Por qual razão os guardas municipais poderão portar armas fora do horário de serviço?**

***Qual a instrução prevista para o acautelamento das armas de fogo nas residências dos guardas?**

***Haverá alterações nas funções atualmente previstas para a Guarda Municipal? Se sim, quais serão elas? Quais cursos e capacitações serão ofertados aos guardas municipais? Especifique os cursos, instituições responsáveis, duração e periodicidade.**

***Qual o cronograma previsto para a implementação da Guarda Municipal armada com armas de fogo?**

***Quais são os treinamentos exigidos para que os guardas sejam considerados aptos ao uso de armamento letal? Quem concederá o certificado de aptidão?**

***Haverá aplicação de testes específicos para aferir a aptidão dos guardas ao porte e uso de armas de fogo? Se sim, quais?**

***Os guardas municipais terão atendimento psicológico periódico garantido? Qual será a periodicidade desse acompanhamento?**

***Em quais áreas e tipos de ocorrência os agentes armados da Guarda Municipal atuarão?**

***A atuação armada da Guarda se dará em conjunto com as polícias Militar e Civil? Haverá sobreposição de funções?**

***Quais são as atribuições atuais da Guarda Municipal, conforme o organograma da Prefeitura, e quais mudanças estão previstas com a introdução do armamento?**

***Haverá alteração no regimento interno ou na legislação que rege a Guarda Municipal para permitir o uso de armas de fogo? Se sim, solicitamos o envio do novo texto legal ou proposta de alteração.**

***Existe previsão para que os guardas armados atuem em praças, escolas, unidades de saúde ou outros espaços públicos de convivência? Se sim, especifique quais.**



***Houve trabalho intersetorial na decisão de armar a Guarda Municipal? Se sim, quais secretarias participaram e em que momentos?**

***A Secretaria Especial de Direitos Humanos participou dessa decisão? Se sim, qual o parecer ou manifestação emitida por essa pasta?**

***A Secretaria Especial de Igualdade Racial participou dessa decisão? Se sim, qual o parecer ou manifestação emitida?**

***A Secretaria de Assistência Social foi consultada? Qual foi sua manifestação, se houve?**

***Solicitamos que, caso não tenha havido manifestação formal dessas secretarias, que seja encaminhado um parecer técnico de cada uma delas, considerando os impactos sociais e institucionais da decisão de armar a Guarda.**

***Existe algum estudo técnico, diagnóstico de risco ou relatório de segurança pública que embasa a decisão pelo armamento da Guarda? Caso exista, solicitamos o envio do documento.**

***A Prefeitura realizou audiências públicas, consultas populares ou escutas da sociedade civil sobre o tema? Se sim, quando ocorreram e com quais entidades ou grupos sociais?**

***A gestão municipal considera que houve aumento da violência contra o patrimônio público ou contra os próprios guardas que justifique a decisão? Existe levantamento estatístico? Se sim, solicitamos o envio desses dados.**

***A Prefeitura considerou dados produzidos por órgãos como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Monitor da Violência, que apontam para a ineficácia do aumento do armamento como política de segurança pública? Se sim, solicitamos que seja indicado como esses dados foram avaliados no processo decisório.**

Palácio Barbosa Lima, 11 de agosto de 2025.

Aparecida de Oliveira Pinto
Vereadora Cida Oliveira - PT

